

CÂMARA LEGISLATIVA DO DF

Biblioteca

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (ACS) – Valor do salário – Fixação – Portaria do Ministério da Saúde – Impossibilidade – Piso nacional – Adicional de insalubridade – Entendimentos divergentes do TST (Rafael de Almeida Ribeiro) 759

LOCAÇÃO DE IMÓVEL POR AUTARQUIA MUNICIPAL PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE E O RECOLHIMENTO DO IPTU (Eunice Leonel da Cunha Minato) 767

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES – Análise ambiental de um órgão público: estrutura metodológica para implementação de controles de segurança aplicados a ativos de informação (Domingos Savio Evandro da Silva e Melina Zaban) 773

OS COLEGIADOS AMBIENTAIS COMO EXPRESSÃO DO PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO DIREITO BRASILEIRO: O CASO DO CONAMA (Heron José de Santana Gordilho e Thiago Pires Oliveira) 779

QUESTÕES PRÁTICAS

DOAÇÃO – Câmara Municipal – Destinação de bens móveis para o setor privado – Inviabilidade – Transferência dos bens inservíveis/ociosos para o Município para posterior doação destes para instituição sem fins lucrativos – Requisitos legais 795

PROJETO DE LEI – Município – Autoria de Vereador – Supermercados, hipermercados e centros comerciais existentes na Urbe – Obrigação de manterem, à disposição de seus clientes e usuários com deficiência, cadeiras de rodas motorizadas dotadas de cesto acondicionador de compras – Competência suplementar, nos termos do art. 30, incs. I e II, da CF/1988 – Iniciativa concorrente – Constitucionalidade 796

PROJETO DE LEI – Iniciativa popular – Disposição sobre matéria privativa da Câmara Municipal ou do Prefeito – Impossibilidade 797

JURISPRUDÊNCIA E DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – Caracterização – Município – Incêndio em casa de espetáculos – “Canecão mineiro”

– Funcionamento sem o respectivo alvará e sem observância das normas de segurança – Responsabilidade subjetiva – Dano e nexo causal demonstrados – Indenização por danos materiais, morais e estéticos (STJ) 799

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL – Prefeito e Vice-Prefeito Municipal – Suposta ocorrência de abuso de poder político-econômico e prática de conduta vedada em período eleitoral – “Distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público” – Aprovação e autorização de regularização fundiária – Não ocorrência, entretanto, da efetiva doação de lotes no período vedado – Tradição não formalizada – Não caracterização da conduta (TSE) 804

INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA – Não caracterização – Atipicidade da conduta – Classificação indicativa – Escola pública municipal – Exibição de filme em desacordo com a faixa etária dos alunos – Local que não se destina à apresentação de espetáculos – Pretensão uso da analogia para expandir o conceito de “espetáculo” descrito no art. 255 do ECA – Impossibilidade (TJPR) 818

MEIO AMBIENTE – Lei municipal – Proibição da distribuição gratuita ou venda de sacolas plásticas a consumidores para o acondicionamento e transporte de mercadorias adquiridas nos estabelecimentos comerciais – Constitucionalidade – Alegada afronta à competência da União e do Estado-membro para legislar sobre a matéria – Não ocorrência – Urbe que não instituiu norma sobre meio ambiente, apenas dispôs sobre prática destinada a preservá-lo – Interesse local (TJSP) 822

RECIBO DE PAGAMENTO AUTÔNOMO (RPA) – Município – Contratação irregular de pessoal para prestação de serviços públicos sem a realização do devido concurso público – Alegada anulação de certames em curso em virtude da constatação de plágio em diversas questões das provas aplicadas, entre outras justificativas – Não cabimento – Imposição de multa administrativa ao então Prefeito – Única autuação – Caracterização de continuidade delitiva (TCPR) 831

ÍNDICE 837